



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - OBRAS INACABADAS		
EVENTO: Audiência pública	Nº: 000975/01	DATA: 20/09/01
INÍCIO: 09:23	TÉRMINO: 11:20	DURAÇÃO: 01:57
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1:50	PÁGINAS: 60	QUARTOS: 23
REVISORES: VÍCTOR, LUCIENE FLEURY, CÁSSIA REGINA		
SUPERVISÃO: ZUZU		
CONCATENAÇÃO: ZUZU		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MILTON FERREIRA DE ANDRADE – Gerente de Patrimônio da União do Estado de São Paulo.  
FRANCISCO VILARDO NETO – Diretor de Infra-Estrutura e Serviços da Companhia Docas do Estado de São Paulo — CODESP.  
JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR – Superintendente do Instituto Nacional de Seguridade Social — INSS.  
SÉRGIO ANTUNES – Diretor Comercial e de Desenvolvimento da Companhia Docas do Estado de São Paulo — CODESP.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Há temos ininteligíveis.  
Há intervenções inaudíveis.  
Há falhas na gravação.  
A reunião foi suspensa às páginas 29, 43 e 47.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Com a graça e proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos da presente reunião, 20ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as possíveis irregularidades atentatórias aos princípios constitucionais da legalidade, da moralidade administrativa, da economicidade das obras iniciadas e não concluídas, e os bens imóveis que não estão sendo utilizados ou utilizados inadequadamente pela Administração Federal — CPI das Obras Inacabadas. Ordem do Dia. Esta reunião foi convocada para ouvirmos os depoimentos dos seguintes convidados do Estado de São Paulo: Nilton Ferreira de Andrade, Gerente de Patrimônio da União no Estado de São Paulo; José Serapião Júnior, Superintendente do INSS; Fernando Lima Barbosa Vianna, Presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo; Sérgio Luiz Gonçalves Pereira, Diretor-Presidente da DERSA, Desenvolvimento Rodoviário; Tércio Ivan de Barros, Superintendente da INFRAERO; Jorge Wilhelm — não sei a pronúncia correta —, Secretário de Planejamento Urbano da Prefeitura de São Paulo. Nós vamos ouvir o convidado. Posteriormente, cada Parlamentar fará as suas perguntas, iniciando sempre pelo Deputado Anivaldo Vale, Relator. Convido para tomar assento à Mesa o Sr. Nilton Ferreira de Andrade, Gerente de Patrimônio da União no Estado de São Paulo. *(Pausa.)* Sr. Nilton, o senhor dispõe inicialmente do prazo de até 10 minutos para fazer as suas exposições iniciais. Se desejar mais tempo, a Mesa concederá, de acordo com a sua avaliação. E, posteriormente, os Deputados farão suas perguntas. Com a palavra V.Sa. Obrigado, inicialmente, pela presença.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Eu gostaria de falar rapidamente aqui, expor um pouco o que é o SPU, a gerência regional de São Paulo.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Sr. Nilton, desculpe, eu sou o Deputado João Coser, sou Vice-Presidente da Comissão. O Deputado Damião Feliciano teve um problema de caráter urgente, teve que se deslocar novamente a Brasília e daqui a pouco estará de volta. Portanto, assumi temporariamente a presidência dos trabalhos. Com a palavra V.Sa.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Obrigado. O SPU de São Paulo, nós somos uma regional, tomamos conta de todo o Estado de São Paulo a nível de patrimônio da União. Existem algumas dificuldades e o trabalho nosso é muito grande pelo número pequeno de funcionários que nós temos hoje. Nós só não administramos bens públicos, como também cuidamos de avaliações para a compra ou locações de imóveis de... ou da Receita Federal, de órgãos públicos em geral. Como exemplo, a Receita Federal em São Paulo é muito grande, existe no Estado inteiro, e a maioria dos imóveis ou são locados ou eles compram. Então, por mês, a gente faz, só para a Receita Federal, pelo menos, têm duas avaliações de locação para ver se o preço está certo, ou renovação de contrato ou compra. Isso, eu estou dando o exemplo da Receita, que é mais atuante, mas a gente atende todos os órgãos, TRF, até da indireta, tipo ANATEL. Passa pela gente, aproximadamente, uma média de seis mil, por ano, processos de usucapião do Estado de São Paulo inteiro, onde a gente tem que ver se a União tem ou não tem interesse naquela área que estão pedindo o usucapião. Nós temos hoje, aproximadamente, sessenta mil imóveis cadastrados com a gente. Não são imóveis próprios nacionais, são imóveis... Por exemplo, a gente tem a região de Alphaville, aqui em São Paulo, onde uma grande parte dos imóveis, a cada transação imobiliária, tem que passar pela gente lá para a gente dar uma certidão e pagar o famoso laudêmio. O acúmulo é



muito grande de serviço, pela quantidade de funcionários que a gente tem. A gente encontra algumas dificuldades de... Como eu falei para o senhor, a gente tem quarenta e dois funcionários. A nossa arrecadação — eu estou lá há um ano e pouco gerenciando o Patrimônio —, a gente tem conseguido aumentar a arrecadação, que a gente fez um aperto a nível de inadimplência, a nível de cobrar as pessoas que estavam sem pagar, e tentar agilizar um pouco mais o processo de cálculo de laudêmio e uma série de coisas. Hoje esse órgão, com quarenta e duas pessoas, eu estou arrecadando uma média mensal de 4 milhões de reais, com quarenta e dois funcionários. É um número estimativo. Hoje a gente está em primeiro. A gente era segundo lugar do Brasil a nível de arrecadação. Hoje a gente passou para primeiro lugar já há cinco meses, de cinco meses para cá. A gente tem medido muitos esforços para tentar dar um atendimento digno ao cidadão. Eu cheguei lá, as filas eram enormes. As pessoas que queriam pagar um DARF, ficavam às vezes três, quatro meses ou cinco meses numa fila para receber um DARF. Então, é difícil. A gente conta com poucos engenheiros. Eu tenho no quadro dois advogados. A gente tem muita discussão jurídica de áreas, se são ou não são da União, ou de processo, se tem multa, se não tem multa e tal. Então, a gente enfrenta uma série de dificuldades. A gente está tentando mudar. Brasília está dando um grande apoio para a gente, a Dra. Marizete. A gente está tentando descentralizar alguns postos. Por exemplo, Santos é uma área muito grande do litoral. Então, nós estamos montando agora, a partir de outubro, um posto avançado em Santos, para inibir o contribuinte — coitado — de vir de Santos para cá, porque às vezes as pessoas não têm nem dinheiro para ficar indo atrás de um processo. E como a gente, a idéia nossa é acabar com o despachante ou o intermediário que



fique cobrando por um serviço ou tentando vender alguma dificuldade, então, a gente está instalando um posto avançado em Santos e um posto avançado em Alphaville, que é uma região muito grande também. Com isso a gente vai já, com certeza, diminuir a fila e quebra esse problema de tentarem vender dificuldades. O despachante: “Olha, vai ser muito difícil, o senhor vai pegar uma fila enorme e tal...” Então, a gente está tentando mudar algumas coisas, mas torno a falar de novo, com o número reduzido de funcionários que a gente tem... A gente não tem concurso, segundo eu sei, há muitos anos. Não é uma coisa que exista alguma perspectiva de ter algum concurso. Então, estamos batalhando, tentando fazer alguns convênios com Prefeituras do litoral para tentar arrumar um pouco de mão-de-obra. Eu acho que é basicamente isso aí que a gente desenvolve lá, além de a gente ter áreas sociais, que é uma área que a gente está atuando muito, de imóveis que a gente vê que tem uma destinação social ou para Prefeituras ou para alguma instituição de caridade sem fins lucrativos, a gente batalha muito um processo e tenta destinar essas áreas para as Prefeituras desenvolver algum processo social ou até a nível de... que a gente vê que tem uma perspectiva de aumentar o crescimento da cidade. E com isso, evidentemente, abaixando o processo social, os problemas sociais. Eu acho que, basicamente, eu... já ocupei o tempo dos senhores aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Nós passaremos agora para a fase das interpelações. Concedo a palavra ao Deputado Anivaldo Vale, Relator da CPI.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Dr. Nilton, inicialmente eu queria agradecer-lhe por ter atendido ao convite desta CPI para nos prestar esses esclarecimentos.



**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – É um prazer.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eu queria que o senhor falasse mais um pouco a respeito de qual é o procedimento que está... — o senhor falou assim muito rápido — sobre o relacionamento com esses bens, se está dependendo de autorização, se o senhor está concedendo autorização aos cartórios para a lavratura de instrumentos, se é consultado o departamento... E se tinha algum... se tem um número razoável, significativo, ou se não existe, de bens ainda que estão cedidos e que não têm essa autorização para a lavratura das escrituras.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Quanto aos terrenos que eu falei para o senhor, ou daquela região de Alphaville e do litoral, não é feita nenhuma escritura se não tiver uma certidão nossa do Patrimônio da União aqui no Estado de São Paulo. Eles têm que ter uma certidão nossa, da pessoa... Ela só obtém a certidão se pagar o laudêmio, se tiver em dia com as obrigações dela, senão o cartório não faz a escritura e, conseqüentemente, não fará o registro. Isso tanto em caso de ocupação como em caso de aforamento. Em casos de — que o senhor perguntou —, de alguns imóveis que a gente destina, por exemplo, ou à Prefeitura ou a alguma instituição que já entraria em uma categoria de prioridades mais abaixo... porque as prioridades, a primeira, a gente... os imóveis que nós temos vagos, dá para um órgão público da direta. A segunda prioridade seria para dar para órgãos públicos da indireta, caso da ANATEL ou alguma coisa parecida ou Agência de Vigilância Sanitária, que a gente tem atendido também. Em terceiro ou em quarto, o que viria... Aí, em terceiro viria a alienação, a gente alienar os imóveis. Em quarto, viria a cessão, ou onerosa ou gratuita para os Municípios. Eu confesso ao senhor que as cessões onerosas, a gente tem avaliado alguns imóveis, inclusive



instintos, armazéns do IBC, eles ficam em localidades muito distantes e o preço, hoje, a cidade não comporta comprar. Nós tivemos um imóvel avaliado há questão de uns seis meses atrás, uma Prefeitura que, numa cidade de doze mil habitantes, o imóvel ia dar mais ou menos uns trinta reais por habitante na cidade. Quer dizer, um negócio inviável, mas foi uma avaliação que, inclusive, por técnicos nossos e a própria Caixa Econômica nos ajudou a fazer isso aí. Então, fica inviável de vender. Então, quando o Prefeito vem com um projeto altamente significativo a nível social, como esse caso que eu vou até citar de novo, de Ipauçu, que me pareceu um trabalho muito bom que ele vai desenvolver nesse galpão, a gente está tentando... Evidentemente, monta-se um processo todo, é tudo justificado, vai para Brasília, não sou eu que dou a cessão gratuita. Mas, quando sai essa cessão, a escritura quem faz é a gente mesmo. Nós funcionamos como se fôssemos um cartório. Então, a gente faz essa cessão gratuita, tem um prazo para ele cumprir o que foi pedido, dois anos — eu poderia dar alguma carência maior para ele — e se não for cumprido ele reverte para a União.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – O importante é que há uma harmonia entre a Secretaria de Controle de Patrimônio da União com os cartórios de todo o Estado em uma escritura?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Sim, sim.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Agora eu lhe faço mais duas perguntas rapidinho. A primeira: na sua área tem alguma obra em execução que... ou paralisada com recursos da União?



**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Não, senhor. Estava comigo até o mês passado, há questão de... é, mês passado, em agosto, a famosa obra do TRT.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Sim.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Estava sob a nossa UG, que a gente chama, estava sob o nosso domínio, que a gente, como não tinha condições — condições seria até... não seria leal falar, para não onerar a União, esse período que ficou, acho de oito meses, que o imóvel voltou para a gente, nós fizemos um convênio com a Caixa Econômica, para a Caixa Econômica fazer a guarda do imóvel, porque é um imóvel muito grande. Não só a guarda e também a manutenção, porque tinha problema de água nos subsolos e precisaria constantemente estar tirando essa água, senão o prédio, conseqüentemente, iria se detonar mais do que já está estragado. Então, nós fizemos com a Caixa. A Caixa deu a guarda e a manutenção para a gente e a gente não teve custo nenhum. O mês passado, por uma determinação ministerial, fizemos a entrega do imóvel. Aí, sim, uma entrega mesmo do imóvel, como se fosse uma escritura, retornando esse imóvel ao TRT para que ele termine as obras. Então, com a gente, o único imóvel que estaria pendente de acabar alguma obra era esse daí, que está com a gente. Eu não tenho imóvel nenhum com obra inacabada.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Sim, agora, parece-me que ouvi o senhor dizer que tem um cadastro de seis mil imóveis.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Não, seis mil usucapiões passam por ano.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Sim.





**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Nós temos aproximadamente sessenta mil imóveis...

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Sessenta mil. Tá, obrigado. Esses sessenta mil...

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Não são imóveis próprios nacionais.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Ah...

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – É diferente. Por exemplo, a pessoa tem uma casa na praia...

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Hã...

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Esse imóvel, ele está cadastrado com a gente aqui. Quando ele for vender, ele tem que passar pela gente, ver se ele está totalmente legalizado, pagar o laudêmio e aí é que ele emite a certidão. Então, não são imóveis próprios nacionais.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eles são áreas de marinha, né?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Isso, áreas de marinha.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Agora, Dr. Nilton, desses sessenta mil imóveis, por acaso, existe imóvel que está sendo usado inadequadamente ou considerado como ativo ocioso da União?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Esse imóvel, esses sessenta mil, é... É que está me fugindo o nome agora, tem... Hein?

**O SR. MARCELO SQUASSONI** – Dominiais.



**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – É, são imóveis dominiais. Obrigado. O que nós temos de imóveis de próprios nacionais... Esses dominiais é aquilo que eu expliquei, são terrenos de marinha e tal.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Tá.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Os próprios nacionais que a gente tem, inclusive, por ordem da Secretária, estamos fazendo um recadastramento de todos os imóveis da União no Estado de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Ótimo.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – E temos prazo para concluir...

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – De quando foi essa ordem? O senhor tem?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Ah, foi do ano passado, já.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Ah, do ano passado. Obrigado.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Do ano passado. E nós temos um prazo até o dia 10 de dezembro para terminar. Eu digo nós e todos os órgãos públicos, porque têm muitos imóveis do Exército, da Marinha, que estão sob a administração deles, não é? A Receita Federal. Então, nós temos um prazo até dezembro, se não me falha a memória, parece que até o dia 10 de dezembro de 2001 para estar com todos os imóveis cadastrados. E aí nós vamos ter uma noção do que que está sendo usado e o que que não está sendo usado e por que que não está sendo usado. Imóveis que estejam com a gente mesmo, hoje, eu tenho 251 imóveis, que são imóveis que estão na nossa UG, sob a administração nossa, que nós estamos acabando agora. Esse dado eu puxei ontem. Estamos acabando agora esse cadastramento. Esses, sim, são imóveis que são destinados... Ou a Receita



Federal pede.... Por exemplo, ontem mesmo o Ministério Público estava precisando de um imóvel em Araraquara, uma cidade do interior aqui perto de São Paulo. A gente tenta adequar às necessidades de outros órgãos públicos. Então, esses, sim, são os imóveis que estariam sob a administração da gente. Eu poderia lhe falar mais para a frente, talvez um pouco antes de terminar esse cadastramento ou até mais breve, se existem imóveis ociosos. Eu creio que existam imóveis ociosos, porque, como eu falei para o senhor, até então o Patrimônio da União, em outras gestões, não se preocupava muito com os imóveis próprios nacionais. Do ano passado para cá foi criado um departamento de imóveis onde chama-se Setor de Próprios Nacionais, para recadastramento e para tentar localizar o que está havendo. A gente sofre também.... Isso aqui já era para ter sido... Em um ano acho que daria para ter sido feito isso aí, só que, evidentemente, o Departamento tem quatro pessoas. Então, é um engenheiro, que tem que fazer vistoria em todos os imóveis...

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Mas o senhor utiliza a estrutura da Caixa, não é, para algum convênio de avaliação, etc...

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Algumas.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - Algumas, não é?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Algumas.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – O senhor é vinculado diretamente à Dra. Maria José em Brasília?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Sou. Eu sou... A Dra. Maria José seria a minha chefe. Ela é a Secretária e eu sou representante do Patrimônio em São Paulo.



**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - Ela é uma pessoa muito competente, certo?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Muito.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - É uma pessoa muito responsável, faço questão de fazer esse registro. É uma pessoa muito...

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Muito séria.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - E muito determinada.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Eu acho... Eu sou novo, mas têm os colegas de lá, engenheiros de dez, doze anos de Patrimônio da União. O comentário deles é que o órgão sempre foi um órgão muito parado, muito...

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - A dinâmica está vindo agora. Isso é verdadeiro.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Com certeza. Estamos inovando uma série de coisas. Ela criou até um departamento de... negocial. Chama-se Gerência Negocial, que seria exatamente para a venda dos imóveis que estejam desocupados ou parados e tal. Nós esbarramos só num problema. O BNDES... Foi feito um convênio entre o Ministério e BNDES no ano passado, que eles iam demarcar... A gente tem um problema. Você vê: São Paulo. Eu não tenho a área do litoral toda do Estado de São Paulo demarcada. Eu não sei qual é a linha de praia-mar certa dele. Então, fica um negócio meio duvidoso. A Dra. Maria José, numa inovação, junto com o Ministro, fizeram esse convênio com o BNDES. O que queriam fazer? Queriam vir demarcar todas as áreas, e vinham me cadastrar todos os imóveis do litoral e do Estado de São Paulo, ou melhor, da capital, e, com isso, o BNDES iria fazer a venda desses imóveis. De todos os imóveis.



**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - Essa era a pergunta que eu ia lhe fazer. Qual é a política de desmobilização desses ativos ociosos.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Exatamente isso aí. O BNDES iria vender, ou tentar vender, esses imóveis todos que estariam desocupados ou que houvesse interesse nesses imóveis de mar. Iriam vender o percentual cabível. Só que, no processo de abertura de licitação, o TCU impugnou isso aí, e está parado acho que há uns cinco meses isso aí no Rio de Janeiro. Porque ia ser só São Paulo e Rio de Janeiro que ia ser feita essa grande venda. Talvez uma das maiores vendas. E a gente não sabe por que o TCU parou, impugnou isso aí. Tá parado. A gente ficou assim de mãos atadas. Eu, por exemplo... A gente não tinha uma preocupação muito grande de vender... Nós não temos... Minto: a gente não poderia nem vender, porque o BNDES que queria vender. Então, agora a Maria José mandou (*Ininteligível.*), questão de uns três ou quatro meses atrás. Ela falou: “Esse negócio está parado, vamos, agita de novo a área negocial, e o que estiver pendente, acabe o quanto antes esse cadastramento e vamos vender”. Eu falei: “Maria José, tudo bem”. Ela criou essa área de negocial e eu também conto com dois funcionários, um engenheiro e a secretária. Mas estamos tentando. Vamos tentar vender agora. Já que houve esse (*Ininteligível.*), porque nós estávamos de braços amarrados em cima...

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Dr. Nilton, isso é muito importante. Eu queria dizer para o senhor o seguinte: deve realmente fazer esse esforço, porque a administração desse imóvel é muito cara para a sociedade.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Sem dúvida.



**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - Muito cara. O senhor teve alguma cessão de imóveis para o INSS, ou o INSS passou alguns imóveis ociosos para o Patrimônio da União?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Não.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - Tem alguma obra dele aqui no Estado de São Paulo inacabada?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Com a gente não, doutor.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - Não, né?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Com a gente não. O INSS... É até uma coisa que eu queria até, se os senhores me permitissem, de colocar. Existem algumas coisas que depois nós temos que corrigir. Além da escassez de funcionários, por exemplo, a Receita Federal — vou citar como exemplo, mas não é o caso, eles fazem... São os mais certinhos aqui. O Prefeito da cidade tal resolve doar um terreno para a Receita Federal. Nós cansamos de instruir como tem que ser feito. Não adianta ir lá o Superintendente da Receita Federal ou representante e pegar esse terreno como doação. Quer dizer, ele recebe o terreno enorme da Receita Federal e tudo bem, toma posse do terreno. Isso está completamente errado, porque o trabalho é outro. Quer dizer, esse terreno... Foi o caso do TRT. Quando nós pegamos o TRT de volta, o TRT tinha sido comprado sem passar pelo Patrimônio da União. Aí tivemos que fazer uma rerratificação da escritura, ver se estava certo tudo. Então, isso aí acontece muito. A gente tem tentado, com os órgãos públicos. O INSS, para ser sincero com o senhor, nunca me foi feita uma consulta a nível de se o imóvel está avaliado, se podem comprar, se não podem



comprar. O que pedem, às vezes, é se existem alguns imóveis que possam interessar a eles.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - Está bom. Muito obrigado, Dr. Nilton. Obrigado, Presidente.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Obrigado ao senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Eu vou, antes de passar a palavra para o Deputado Clovis Volpi, solicitar a V.Sa. que tente responder as perguntas assim...

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Está. Desculpe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – ...com explicação, sem deixar nenhum detalhe, mas com a objetividade possível, para dar velocidade ao nosso trabalho. Sem deixar de fazer todos os esclarecimentos necessários. Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** – Dr. Nilton, apenas algumas perguntas, só para elucidar algumas questões. O senhor vai ter uma relação completa, um cadastramento, a partir do dia 10 de dezembro.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – É o nosso prazo limite que a secretária...

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** - Para apresentar. Entre esses... Quando a gente fala aqui de imóveis ou de bens da União que sejam subutilizados, nós temos, particularmente eu, tenho um pensamento extremamente social em relação a isso.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Eu também.

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** - Dentre estas avaliações e desses imóveis que estão sendo cadastrados, o senhor entende que há alguns que



poderiam ser sugeridos pelo seu Departamento para resolver algum problema social de habitação da região da Grande São Paulo ou mesmo na região do interior e se há, já, algum pedido de Prefeitos com destinação destas áreas? Eu falo aqui de área bruta, porque nós sabemos que a União deve ter muitas áreas brutas, principalmente no interior, que possam ser repassadas.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Não são muitas que estão com a gente. A gente, que eu digo, o Patrimônio da União. Porque às vezes ele está, por exemplo, ou está com o INCRA ou está com o IBAMA, não estaria sob administração nossa. A gente chama de UG. Estaria na gestão deles, ou do IBAMA e tal. A gente... Nós temos algumas áreas... Como o senhor falou, a minha preocupação, também, como dirigente e como ser humano, desde que eu assumi lá, eu falei: “O que a gente puder fazer a nível social...” É por isso que eu tenho tido um bom entrosamento com os Prefeitos, porque eu acho que projeto social e um imóvel nosso parado e dando gastos só, e o Prefeito tiver com uma idéia ou de assentamento de famílias — existem alguns projetos de assentamento de família...

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** - Porque há muitas fazendas, né, da União?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Comigo, não, doutor. A gente... Se eu falar pro senhor... Eu, mais ou menos, tenho a idéia de que nós devemos ter, acho, umas cinco ou seis fazendas. Eu digo na gestão nossa. Nós, gerindo. Existe com o IBAMA, INCRA e uma série de órgãos. Esse levantamento, esse recadastramento vai me dar — e para todos nós — um panorama da situação de hoje. Com quem estão esses imóveis. É o Ministério da Agricultura? É o IBAMA? Quem for. Aeronáutica? Existem muitas áreas, isso aí eu sei, do Exército. Muitas





áreas, áreas assim enormes aqui no Estado de São Paulo. Mas o Exército, ele vende por si próprio.

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** – O.k. Vamos falar um pouquinho da... Quando nós tivemos as privatizações das ferrovias, alguns imóveis acabaram ficando incorporados com a União, não foram incorporados na privatização. Também eles eram detentores de inúmeras áreas grandes no Estado de São Paulo, acho que no Brasil inteiro. Mas, no Estado de São Paulo, o senhor tem conhecimento dessas áreas que, no ato da privatização, tenham ficado com a União?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Para a gente, da Rede Ferroviária, veio um galpão só para a gente. A informação que eu tenho é que eles estariam tentando vender e tal. A informação, a última que eu tive é a seguinte: para a gente vai vir os trilhos. Essa é a informação que eu tenho em **off**, não é nada oficial. Eu não recebi área grande nenhuma, até o presente momento, da Rede Ferroviária.

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** – Oficialmente, oficialmente.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Oficialmente, não recebi.

**O SR. DEPUTADO CLOVIS VOLPI** – Está bom. Era só isso, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Concedo a palavra ao Deputado Regis Cavalcante, para formular suas perguntas.

**O SR. DEPUTADO REGIS CAVALCANTE** – Já fui contemplado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) - O Deputado se sente contemplado. Concedo a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Dr. Nilton, o senhor falou que a União detém em torno de 60 mil imóveis aqui no Estado de São Paulo. Desses 60 mil, eu gostaria de informação do senhor: quanto que é de Marinha desses terrenos?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Acho que uma média de 50%.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Quantas ilhas que o senhor tem cadastradas?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Ah, ilha... Acho que umas vinte ilhas.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Ocupadas?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Vinte, trinta. Não estão todas ocupadas.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas essas ilhas que estão ocupadas por terceiros, qual é a providência da sua Secretaria sobre essas ilhas ocupadas por terceiros então?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Segundo eu vi lá, algumas ilhas, eles têm o título de ocupação da ilha. Eles não têm a propriedade da ilha, eles têm a ocupação da ilha, que foi dada a alguns anos atrás, ou vários anos atrás. Quando o BNDES entrou com essa proposta, com essa parceria com o SPU, as ilhas estavam inclusas. Eles iam fazer a avaliação das ilhas e fazer a venda das ilhas que estivessem desocupadas ou que não tivessem, que a pessoa não tivesse mais interesse em continuar com a ocupação. Então, o SPU de São Paulo não tomou providência nenhuma em cima das ilhas, porque a avaliação de ilha é um negócio meio complicado. Então, como o BNDES vinha com uma estrutura muito grande — ou vem ainda, até creio que isso aí, mais uns dois ou três meses, esteja definido —,



e como as ilhas estavam inclusas nesse pacote que eles vão fazer, a gente, para ser sincero, providência nenhuma a gente fez a nível de checar se tem gente lá. Primeiro, porque eu não tenho gente para mandar percorrer todas as ilhas para saber com quem está. A gente tem um cadastro, que eu tenho ele lá, para saber se a ilha está cadastrada em nome de alguém ou não está cadastrada em nome de... ou se estava...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Aquelas que estão cadastradas, Dr. Nilton, elas estão pagando a taxa de ocupação?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Pagam, exatamente.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Anual?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – É.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Todas estão em dia?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Não. Eu pedi para fazer, eu nomeei uma comissão em junho para justamente tentar ver o que é que tá, se existem ilhas devendo, ou melhor, ocupantes em débito com a União. E se tiver em débito, notificar. E se não pagar, colocar em dívida ativa. E no caso de ser aforamento, que me parece que só são uma ou duas que são aforadas, a gente pode declarar caducidade. E as que não pagarem, em caso de ocupação, eu teria como pedir a reintegração de posse da ilha. Então, é um negócio também que deve estar acabando agora. Dia 15 de outubro, eu devo tudo aí em mãos. Eu não me lembro o prazo que foi dado para essa comissão que eu nomeei — três engenheiros e um advogado nosso lá —, para saírem logo para a gente fazer esse levantamento. Então, até outubro eu tenho como fazer. Agora, eu já falei, se for achando, já vai notificando e cobrando.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Dr. Nilton, em torno de 30 mil são terrenos de Marinha. Nesses terrenos de Marinha, tem casas de praia, pousada, hotéis, são casas boas, casas que não é de baixo poder.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Algumas...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Algumas podem ser, e outras não é de baixo poder.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Existem condomínios bem caros ali.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – É, a maioria são condomínios e... O que é que a Secretaria está fazendo em torno disso? Porque é um processo que não é todos que estão pagando taxa de ocupação, e é um processo que não é todos que estão cadastrados. Mas estão usando o patrimônio. Mesmo que a parte de cima pertença à pessoa que construiu, mas a parte de baixo pertence à União. Se ele construiu num terreno da União é da União.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Sem dúvida.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Eu considero isso.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Sem dúvida.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Então, esses 30 mil, quantos estão cadastrados e quantos está faltando cadastrar? Em torno mais ou menos de quantos?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Não, esses 60 mil são cadastrados. Se eu for cadastrar, entrar nesse processo do BNDES, ou se tivesse uma empresa para fazer um recadastramento dos imóveis do litoral, eu acho que a gente iria subir mais ou menos uns 30%.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Subir mais do que isso. Aumentaria mais 18?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Eu acho que a gente iria passar de 60...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sessenta, oitenta.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Setenta mil imóveis cadastrados, que a gente não tem como, não existe como a gente fazer. Então, com o BNDES fazendo sim, ou, de repente, que já foi uma proposta, se não saísse esse assunto do BNDES, nós temos que fazer um recadastramento. Tem muitos imóveis que não estão cadastrados mesmo, imóveis caros. E a gente não tem como, não posso ir lá numa rua, pegar cinco casas e o vizinho não cadastrar. Se faz uma vez... Mas é de fato, me preocupa isso aí, porque eu acho um abuso até a pessoa tá lá.... Tem, por exemplo, condomínios do Diniz, que caiu lá o helicóptero, naquela região tem casa de 2 milhões, 3 milhões, e não está cadastrado. É uma região que não atingiu o cadastramento ainda.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Deixa eu fazer uma pergunta para o senhor. O senhor tem prazo até o dia 10 de dezembro, então, com o pessoal que o senhor...

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Para os imóveis próprios nacionais.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Próprios, só.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Próprios nacionais.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – E o patrimônio, o restante?



**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – O patrimônio está nessa pendência do BNDES.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Está. Deixa eu falar para o senhor: existe uma lei, todas as firmas que são liquidadas, todos órgãos que são liquidados, igual IBC, CIBRAZEM, antigo IAPAS, antigo INAMPS, Rede Ferroviária, existe a lei que é obrigada a União a assumir esse patrimônio e dar uma definição. Aquilo não tá cumprindo essa lei, então? O senhor tem todo o pedaço do IBC?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Tenho, tenho. Isso nós temos.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Quantos galpões do IBC estão aqui hoje? Galpões e fazenda, porque o IBC tinha fazenda aqui também.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Eu devo ter uns 18 imóveis.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – E esses galpões foram vendidos, estão cedidos, estão invadidos?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Não. A grande maioria... A grande maioria, não. Vamos supor, uns 20% já está cedido ou para órgão público da administração direta ou para Prefeituras. Eu tenho dois que estão locados para Prefeituras, que foram locados há um ano, dois anos atrás. Agora, o restante, eu tenho pedido — aí que vai de encontro, que eu já tinha até comentado antes — aos Prefeitos, que estão muito pedindo esses imóveis para uma finalidade social. Então, eles estão em fase de análise. Então, está em fase de análise e documentação, que os Prefeitos ficam de mandar para a gente. Então, eu, a venda, não tenho nenhuma.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Tá.



**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Existem muitos desses galpões.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – E CIBRAZEM?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – CIBRAZEM, desculpe, mas, sinceramente, eu não posso responder.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – E a Rede Ferroviária? O senhor respondeu que não...

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – A Rede Ferroviária passou para a gente. Eu me lembrei — é que o nome para mim era AGEF, que era Armazéns Gerais, e que esteve em extinção —, eles passaram para a gente, até foi um equívoco, um armazém aqui, um armazém muito grande, um negócio de 100 mil metros quadrados, muito grande. E a Receita Federal, quando soube que estava sendo passado para a gente, ela automaticamente pediu para a gente esse imóvel. Para ser sincero, nós ficamos com esse imóvel acho que uns dois meses, mas aí descobriram que esse imóvel não estaria com a gente, ele está com o Ministério da Agricultura. Então, eu não pude nem ceder para a Receita uma parte, né, porque eles estão ocupando uma parte com café lá, e a outra parte está ociosa, e com uma firma lá, alugada, contratos antigos, que não tem muito a ver com a gente. Então, esse imóvel não está comigo hoje, ele está com o Ministério da Agricultura.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor falou Alphaville. É aquele bairro, um condomínio que tem aqui em São Paulo?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – São Paulo, isso, isso.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – É um condomínio de classe média para cima.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Classe alta. Isso.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Por que é que tem que pegar autorização da Secretaria?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Porque ali eram terras indígenas, né?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Terra da União.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Isso. Então, era um extinto aldeamento dos índios Pinheiro/Barueri.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Então foram invadidos por esses condomínios?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Não, elas foram aforada por uma família a muitos anos atrás, em mil oitocentos e pouco. Isso aí. Então, eles têm o aforamento disso aí. Então, eles têm uma parte que é da União, né?

**O SR. MARCELO SQUASSONI** - Dezesete por cento.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** - Dezesete por cento, que é da União, e os 83% seriam do proprietário. Então, a cada transação que eles vão fazer, eles têm que passar com a gente, porque o cartório não faz o registro do imóvel se não tiver a certidão nossa, se eles não pagarem o laudêmio e tiverem com todas as taxas de aforamento em dia. Então, quer dizer, a gente não emite essa certidão se tiver pendência de atraso ou multa. Porque existe um prazo de apresentação da escritura para a gente, então é por isso que eu falei. E é uma área muito grande também.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Deixa eu falar para o senhor: Alphaville está todo cadastrado? Essa terra está toda cadastrada na Secretaria?





**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Tá. Porque lá é uma parte só da Alphaville.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Os 17% estão cadastrados?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – É do zero ao quatro. O Alphaville vai até, ou melhor, do zero ao quatro, Alphaville vai até acho que doze, catorze, eu acho. São vários algarismos. E o da outra parte de Tamboré, que é um condomínio também do lado, também estão todos cadastrados com a gente. Esses aí estão cadastrados. Só que eles têm o domínio de 83% e a União tem 17%, que é o aforamento.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, eu estou para encerrar, mas eu só quero alertar o seguinte: existe uma lei, quando terminam os órgãos, é liquidado os órgãos públicos federais, essa é uma lei do próprio Presidente da República, determinando que a Secretaria Nacional da União assumira esses imóveis e os ponha em disponibilidade. Não está ocorrendo isso. Outra coisa também, é interessante que nós temos aqui um patrimônio imenso e de condomínios ocupados por classes médias, ilhas e condomínios como Alphaville. Dezessete por cento do Alphaville representa muita coisa. Dezessete por cento dos lotes de um a quatro, que o senhor falou, né?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Não. Todos os lotes de um a quatro...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) - Dezessete por cento é a parte da União, porque a União, quando repassa, ela só repassa 83%. Os 17, a vida inteira vai ser...



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Tá, mais 7%. Tá. Então tá. Mas deixa eu falar para o senhor: o patrimônio. Então, ele não pode dar informação para nós de todo patrimônio de todos os órgãos, como a Rede Ferroviária. Eu tenho um caso que eu recebi ontem do Prefeito de Torrinha, Estado de São Paulo. Torrinha, é. Ele tá lá com um prédio da Rede Ferroviária, não sabe quem procurar, quer proteger o prédio e não tem informação do que vai ser feito. É um patrimônio grande. Então, é um problema sério, um problema sério com esse patrimônio, como também o IBC, como também com o antigo IAPAS. Enfim, aqui em São Paulo tem diversos patrimônios, que se você for levantar desse pessoal da Marinha e tudo. Então, eu quero deixar bem registrado que pode, com todos os esforço do Dr. Nilton, não é culpa dele, deixar bem claro isso aqui, com todos os esforços, com 25, 30 pessoas, ele não consegue cadastrar isso daqui nunca, nem daqui 10 anos ele consegue cadastrar todos. Que esta CPI possa recomendar ao Governo providências para cadastrar todos esses imóveis, contratar uma empresa para que possa cadastrar todos os imóveis. Abre uma licitação nacional que possa ocorrer isso tudo em que é locais. Em tudo que é locais. Só o Rio Grande do Sul que já está bem mais cadastrado, mas todos locais que nós temos passado, nós não temos informação concreta do patrimônio da União. E são fazendas, no Paraná tem diversas fazendas, como na Bahia tem diversas fazendas. O próprio informado, diversas fazendas, diversos patrimônios, que muitos estão até ocupados por terceiros, ocupados por terceiros. Como também esses condomínios da Marinha, que são terrenos tudo de classes médias boas. Tem classe média abaixo, mas tem classe média acima, que tem condições de pagar, assumir o compromisso. Eu estive com o Sr. Presidente em um terreno, em um hotel, que se paga uma taxa anual, e construído num terreno da



União. Então, quero dizer para o senhor que a gente precisa registrar isso, sugerir ao Governo, nesta CPI, para que possa fazer esse processo, agilizar e dar condições. Contrata uma empresa especializada para que possa fazer tudo isso. Nós temos escritura de 1940, que é um problema seríssimo que nós estamos tendo. Mas eu gostaria só de uma última pergunta. O prédio do TRT voltou para o Tribunal?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Do Trabalho.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Do Trabalho? Retornou agora? há quanto tempo?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Foi em agosto, agora.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Agosto?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Nós fizemos o Termo de Entrega em agosto, talvez dia 12 ou 13 de agosto.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Enquanto estive na mão da Secretaria, foi protegido o prédio?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Foi, totalmente. Nós, como eu falei, nós passamos para a guarda, para a Caixa Econômica Federal, que manteve guardas lá constantemente e alguns engenheiros tentando ver o processo de água nos subsolos e tal. Segundo até um engenheiro nosso que esteve um dia com a gente lá, as condições em que nós pegamos, nós devolvemos. Estavam iguais. Houve uma proteção ao bem público e, com certeza, esse móvel vai ser feito logo, né, tomara Deus.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Obrigado, Dr. Nilton. Obrigado, Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – A Presidência acolhe a proposta do Deputado e anota recomendar ao Governo o cadastro de todos os imóveis da União. Eu gostaria apenas, antes de concluir, de fazer uma pergunta.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Um cidadão comum, ele tem uma casa nobre, mais nobre ou médio, não é naquelas áreas de periferia que serão normalmente repassadas com o tempo, e ele não está cadastrado, alguns do bairro estão cadastrados e ele tem o desejo de legalizar, digamos assim. O lote dele está lá no patrimônio da União, o dele está, alguns estão, o meu não está. Mas eu tenho o desejo de legalizar. Eu tenho uma casa, eu moro nela, nunca paguei aquelas taxas anuais do patrimônio da União. Qual é o procedimento que eu tenho de fazer de boa-fé?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Infelizmente, ele vai ter que procurar a gente na regional. Vai ser pedido alguns documentos para ele e a gente vai fazer o cadastramento dele. Quer dizer, ele vai ter que ele nos procurar. A gente não tem condições de ir atrás dele. Aí, tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Correto. E ele tem risco de ter taxação passada, coisa passada, esse tipo de coisa?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Não, aí não. Seria absurdo. Coitado. Ele que está procurando a gente. Ainda cobrar coisa que ele não tinha a ver, né? Eu, pelo menos, sou contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Muito obrigado. Eu gostaria de... O senhor quer fazer mais alguma consideração?

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Não, não. Eu só queria...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Eu vou entregar. Eu gostaria de agradecer ao Sr. Nilton Ferreira de Andrade pela presença e pelos esclarecimentos e, em nome da Presidência, entregar esse conjunto de questionários que talvez o senhor possa contribuir com algumas informações que porventura não tenham sido feitas e que o senhor identifique como importante para o trabalho da nossa Comissão. Pode preparar depois e encaminhar para a Comissão quando o senhor entender, dentro do prazo, o mais rápido possível, porque o nosso tempo é curto. Muito obrigado.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Amanhã. Eu só queria agradecer a todos vocês. Obrigado pela atenção aí e estamos à disposição. Qualquer dúvida, estou completamente à disposição dos senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Muito obrigado.

**O SR. NILTON FERREIRA DE ANDRADE** – Tá bom? Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) –Tenha um bom dia. Vou suspender a sessão por cinco minutos. Problema doméstico.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Está reaberta a sessão. Vamos convidar para tomar assento à mesa o Sr. Francisco Vilardo Neto, Diretor de Infra-Estrutura e Serviço da CODESP, substituindo o Sr. Fernando Lima Barbosa. Farei apenas a leitura, enquanto o Sr. Francisco toma assento. O Diretor-Presidente Fernando Lima Barbosa Viana encaminhou um documento a esta Comissão, ao Presidente desta Comissão, Deputado Damião Feliciano. “Tendo sido convocado por esta egrégia Comissão, para ser ouvido em 29, às 9h., na Assembléia Legislativa em São Paulo, conforme Ofício nº 369, de 13 de setembro, venho



apresentar minhas desculpas e solicitar sua compreensão pela minha ausência, uma vez que, como Presidente da CODESP, deverei estar presente, na mesma data, em Brasília, na reunião extraordinária do Conselho de Administração, convocação em anexo, para fins de aumento de capital da empresa. Esclareço, todavia, que os portadores do presente ofício, o Engenheiro Francisco Vilardo Neto é Diretor de Infra-Estrutura e Serviço, e o Sr. Sérgio Antunes é Diretor-Comercial de Desenvolvimento da CODESP, detendo ambos as informações técnicas que poderão elucidar a douta Comissão com vistas ao seu escopo. Entretanto, independentemente das informações que poderão ser prestadas pelos Diretores, coloco-me à disposição da douta Comissão para, em local e hora que V.Exa. achar conveniente, estar presente para quaisquer esclarecimentos adicionais. Aproveito o ensejo para apresentar expressões de estima e... Atenciosamente, Fernando Lima Barbosa Viana, Diretor-Presidente". Já está na mesa o Sr. Francisco e, se for necessário, e quiser também tomar assento, o Sr. Sérgio Antunes, Diretor Comercial da CODESP... Nós vamos conceder a palavra ao Sr. Francisco, pelo prazo também de até 10 minutos. Se achar necessário tempo superior, esta Presidência deliberará. Está com a palavra S.Sa.

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** – Bom dia, Srs. Deputados, representando aqui o Diretor-Presidente – como já colocou V.Exa. – estamos eu, Francisco, Dr. Sérgio Antunes, uma vez que o Presidente tinha que estar presente à essa reunião do Conselho de Administração, até porque hoje, desfalcado de um dos seus representantes, a sua presença era de extrema importância a essa reunião, mas enfatizando o que já consta aí no ofício, ele se coloca à disposição da Comissão para, numa data futura, que vier a ser agendada, prestar os



esclarecimentos que se fizerem necessários. Bom, o Porto de Santos, a CODESP – Companhia Docas do Estado de São Paulo administra o Porto de Santos. Na empresa onde temos levado a efeito o programa de arrendamentos, assim determinado para cumprimento da Lei nº 8.630, a Lei de Modernização dos Portos, nele nós podemos citar, Sr. Presidente, duas obras que podem ser enquadradas no objeto desta Comissão e que nós vamos passar a expor. Uma delas, preliminarmente, as duas obras que nós vamos citar, uma delas a do terminal de contêineres foi assinada em 1988 e a recuperação do cais do Valongo-Paquetá, assinado em 1986, são duas obras que foram assinadas com a PORTOBRAS. Portanto, até 1990, mais precisamente até 15 de março, elas foram gerenciadas pela PORTOBRAS. A partir daí, dois anos depois, em 1994, é que a CODESP passa, mediante um acordo da Secretaria-Geral de Administração, a celebrar contrato com as firmas que executavam as obras. O terminal de contêineres com a Andrade Gutierrez, e a recuperação do cais do Valongo-Paquetá, assinado com o Consórcio Constran, CBPO, Mendes Júnior, Cristian e Nielsen. Essas duas obras, a recuperação do Valongo-Paquetá, paralisada desde 1994, ela já está definida, apesar de paralisada, ela já está arrendada hoje já com um arrendatário que está trabalhando numa área contígua, cujo objeto do arrendamento é essa área onde foi iniciada e foi executada boa parte dessa obra. O que veio de recursos – essas obras foram executadas com recursos da União – e os recursos que vieram foram aplicados em ambas as obras. Na obra da recuperação do Cais do Valongo-Paquetá, podemos dizer que por volta de 38% do valor total da obra foi aplicado. Foi executado o trecho que compreendia essa obra. Na verdade, era a obra do Valongo–Paquetá, a recuperação do seu cais. Ela era dividida em três etapas. Essa



concorrência realizada pela PORTOBRAS, depois passando à CODESP, em 94, ela tinha como objeto uma dessas três etapas. A primeira dessas três etapas, 38% dela executada, tendo a se destacar aí um cais (*falha na gravação*), um trecho do cais nessa região concluído e outro trecho ainda a ser executado, mas que agora passa a ser uma obrigação do arrendatário dessa área. A obra do terminal de contêineres, na verdade, é uma ampliação do terminal de contêineres hoje existente. Foi objeto de um leilão, em 1997, e tem uma arrendatária que, desde 1997 mesmo, opera aquela instalação. A movimentação de contêineres é grande, Sr. Presidente, e isso nos levou a ter necessidade de que essa obra do Terminal de Contêineres 2, objeto desse contrato que estamos falando agora, ele tinha que ser executado. Em 1998, com a passagem do TECON -1 já para a iniciativa privada, mostrava-se cada vez mais necessária essa obra (*falha na gravação*). Ela esteve concluída, constava cais, área de retroárea, a pavimentação e a colocação de trilhos para aparelhos de movimentação de contêineres, os **transtainers**. Essa obra está com seus cais pronto, concluído – e já estamos colocando agora uma utilização pública para ele, uma vez que ele tem condições de operar sem a retroárea mediante uma ligação como Terminal de Contêineres 1, já com a iniciativa privada, ele tem condições de fazer sua operação. O porto agora está fazendo um estudo econômico para verificar a melhor condição para que se possa colocar essa obra também dentro do programa de arrendamento, visando sua passagem à iniciativa privada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) - Só para nós termos bastante clareza, o TECON -1 hoje é privado?

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Privado.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) - O TECON - 2 está sendo concluído, é importante e é público.

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Público.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) - Público. Para sua utilização ele depende da retroárea concedida, privada.

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - O ideal seria ter a retroárea.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) - Retroárea.

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Mas não tendo, o cais já tem possibilidade de operação...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) - De alguma movimentação...

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - ...interligado através do Terminal de Contêineres 1.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) - Concluiu essa exposição (*falha na gravação*). Eu vou passar para os Deputados, eu só preciso te fazer uma... A recuperação do cais Do Valongo-Paquetá, os 38% foram feitos com recursos públicos, e, agora, já foi passado para a iniciativa privada.

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) - Toda a parte que depende de conclusão da obra, ou foi executado pela iniciativa privada ou será executado pela iniciativa privada.

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Ou vai ser. Perfeitamente. Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) - Então, quanto aos 38% aqui da nossa parte, nós como União, como público, está resolvido. Esses 38% corresponderam a 100% da nossa conta.



**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Perfeitamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) - Para o terminal de contêineres, o que falta de recursos públicos para sua conclusão, o senhor disse que ele está parcialmente...

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - A obra parcialmente concluída.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) - A obra. No caso do Terminal 2, ele ainda depende de alguma coisa. Do que exatamente depende, qual é o custo para a conclusão, para que ele tenha toda a potencialidade econômica e cumpra o seu papel social?

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Para que ele... De qualquer maneira, Sr. Presidente, isso... Ele também tem que ser passado à iniciativa privada. Então, o que está se estudando no momento, se vale a pena, economicamente falando, complementar essa obra ou a iniciativa privada passar a fazê-la. Então, esse é o estudo que nós estamos fazendo no momento para determinação, se continuamos a obra ou se, a exemplo do que já fizemos no Valongo-Paquetá, passamos isso à iniciativa privada, considerando o cais já em condições de operação e a retroárea e a pavimentação da retroárea também a serviço do futuro arrendatário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) - Eu agradeço a V.Sa., e indago ao Deputado Anivaldo Vale se ele quer falar agora ou se pretende aguardar os Deputados.

Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Qual que é o nome do senhor?

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Francisco.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Dr. Francisco, a Companhia Docas de São Paulo administra também o porto de Laguna.

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Sim, ela faz parte, dentro dos portos conveniados. Dentro daquele Programa de Descentralização do Governo, sim, ele administra a hidrovia do Rio Paraná, do Rio Paraguai, do Sul, Laguna, Estrela. Só, Dr. Sérgio, perfeito. Esses aí, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – E todos os processos de licitações de obras são feito pela Companhia de Docas de São Paulo, não é isso?

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Trouxe documentação?

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Deixa eu voltar só ao que o senhor citou para mim. O Porto de Santos, essa ampliação do Terminal 2.

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Contêineres.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – É. Do Terminal 2 está parada. Foi investido quanto já?

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Em números exatos eu não teria condições de lhe passar agora. Mas, eu diria que por volta de 30 a 40% foi, efetivamente, desembolsado nessa obra e corresponde àquilo que foi realizado.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Certo, mas está paralisada, faltando recursos.

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Sim. Perfeitamente.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O Terminal 2? Então, é uma obra que está faltando recursos, está paralisada por falta de recursos?



**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Isso. Até, para nós é uma situação já... Nós queríamos até deixar bem claro a V.Exa. que para nós é uma situação já resolvida. Nós não vamos mais, quer dizer, não há necessidade de recursos da União para que essa obra possa ser acabada. Até porque, por uma determinação do Tribunal de Contas da União, o último aditivo foi anulado, e nós fizemos apenas um contrato emergencial com a própria construtora que visava a obras para que não viesse a ser perdido o que já havia sido feito. Então, um processo para que se evitasse o colapso daquela estrutura que já estava feita. Então, foi realizado um contrato emergencial, que acabou em março de 2000. Nós, idéia do porto, aquilo que lá está deve ser passado à iniciativa privada no estado em que se encontra, tendo um cais e a iniciativa privada tendo que fazer o devido tratamento: a área de retroárea, a retroárea e a pavimentação da retroárea.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Deixa eu explicar para o senhor: quanto ao Terminal de Contêineres 2 foi pedido um reajuste acima da Lei nº 8.666.

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Foi o que Tribunal questionou e anulou. Aí encerrou a licitação, não continuou as obras e encerrou a licitação?

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Encerrou. Simplesmente foi feito um contrato emergencial, até seguindo orientação do Tribunal de Contas da União. Isso foi colocado ao Tribunal. Era uma necessidade para que não se viesse a perder aquilo que já havia sido feito e aquilo nos permitiria colocar a obra em licitação. Quer dizer, aquela área onde foi realizada a obra em licitação.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas não foi anulado, Dr. Francisco, porque o Tribunal não concedeu um aditivo acima da Lei nº 8.666?

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Perfeitamente.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Foi anulado, paralisaram essa obra por esse motivo. Se não fosse...

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Foi. Foi esse motivo.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - ...continuaría as obras.

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - A Resolução nº 135 determina, ela determinou, em 1999, que se anulasse esse aditivo e a Diretoria-Executiva, à época, através de uma resolução do Presidente, anulou, deu por anulado esse 9º aditivo e deu início às obras emergenciais, encerradas já em março de 2000.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Então, na realidade, a firma que ganhou a licitação gastou o contrato todo, fez o aditivo de 25%, e, depois, tinha que ter mais um aditivo para complementar o projeto. Na realidade, a firma cumpriu o contrato todo e foi gasta toda a concorrência.

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Eu não posso lhe dizer agora se foi gasto todo o valor da concorrência. É um dado que eu não tenho no momento e poderíamos passar a V.Exa. O que temos é que aquilo que estava sendo aplicado efetivamente na obra era aquilo que era desembolsado à Construtora Andrade-Gutierrez.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Tá.

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Eu não posso lhe dizer se isso corresponderia a algum valor total.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Foi paga multa à construtora para poder anular o contrato?

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Até o momento... Tem conhecimento disso Sérgio?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Ou foi feito um acordo sem multa? Anulou o acordo?

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Até agora, só anulado... Eu não sei se tem alguma... Eu pediria aqui auxílio ao Dr. Sérgio. Tem alguma... Não. Simplesmente, foi anulado no ponto em que estava.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Deixa eu explicar para o senhor. O Porto de Laguna tem o maior dos moles. O senhor está a par dessa obra?

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - É administrado por vocês?

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Sim. Cada porto tem o seu administrador ou a sua hidrovia.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Não, mas eu tive informação que toda a documentação...

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Perfeitamente.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - ... é no porto de Santos.

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Passa. Perfeitamente.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Tá. Deixa eu explicar para o senhor. Parece-me que há uma outra passarela da ferrovia. Foi feita uma obra no porto, e ficou faltando somente fazer a passagem de nível para a ferrovia dar esse



acesso ao Porto de Santos, a um terminal. O Tribunal alertou isso. O senhor está a par dessa situação?

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Uma passarela?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Passarela. Não é passarela, é um viaduto, não, é um túnel de passagem. O senhor não está a par?

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Não temos comunicação disso.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Deixa eu explicar para o senhor. Esse segundo contrato de recuperação do cais...

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** – Valongo-Paquetá?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - ... tem aquilo onde o navio encosta no cais, como se chama aquela peça?

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Sei. O cais mesmo.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Não, não.

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Defesa?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Defesa.

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Nesse contrato era para resolver o problema das defensas também, não é isso?

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** – Não era só basicamente isso. Na verdade, era uma ampliação do cais. Ele avançava em relação ao traçado que ele tem hoje.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - O senhor conhece o processo? O TCU questionou essa obra. O senhor está a par dessa licitação?

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Sim.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Mas, já foi resolvido, Dr. Francisco?

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Você tem notícia do Tribunal se isso já está resolvido?

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. SÉRGIO ANTUNES** – O Tribunal de Contas...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Por gentileza, só anunciar o nome do senhor.

**O SR. SÉRGIO ANTUNES** - Meu nome é Sérgio Antunes, Diretor Comercial. O que acontece é que o Tribunal de Contas entendeu que a obra não poderia ter sido aditada nos valores em que foi aditada. Ela superava, em muito, os 25% porque, na ocasião, o que se alegou é que havia sido alterado o sistema construtivo, a técnica construtiva. Concluiu-se que o pátio, o local onde seriam depositados os contêineres, ele seria, por evolução técnica, seria necessário um reforço maior, porque caberiam mais contêineres empilhados. Então, houve uma alteração, e, pela Lei nº 8.666, quando há uma alteração do sistema construtivo, a lei admite essa possibilidade de se superarem os 25%, superarem, inclusive, os 50%. Ocorre que o Tribunal não concordou, não concordou com a argumentação e determinou a anulação do 9º aditivo. O 9º aditivo foi aditado, e o próprio Tribunal, considerando que era necessária a realização de obra emergencial para não se perder o que lá estava construído, ele autorizou a CODESP a celebrar um contrato emergencial com a própria empresa que vinha construindo, e essa construção, essa obra emergencial foi contratada, foi concluída. Da nossa parte, o assunto está resolvido. Ocorre que o





Tribunal de Contas ainda precisa tomar algumas providências administrativas internas para terminar com todo o expediente que ele tem em julgamento.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Deixe-me explicar para o senhor: quanto ao problema do aditivo, já foi anulado tudo. O Tribunal não concordou; a companhia pediu o aditivo e o Tribunal não aceitou. Mas há uma questão que o Tribunal está questionando das defensas, falando que não são novas, que foi feito remanejamento dessas defensas. O senhor está a par da situação?

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Nós queríamos só ressaltar para V.Exa. que, no aspecto do TECON, essas defensas constaram do contrato e elas foram colocadas novas. No caso da obra de recuperação do Valongo-Paquetá, nem foram colocadas as defensas, porque o cais não está concluído. O cais avança mais ou menos 200 metros à frente do alinhamento atual, e, nem chegou. O cais já está concluído, portanto, ali não foram colocadas defensas. No cais do TECON são novas e no cais... na recuperação do Valongo-Paquetá não há o que se falar em defensas, uma vez que o cais não está concluído.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - O Porto de Rio Grande também é administração de vocês?

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Do Rio Grande não, não, não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Não, né? Só o de Laguna.

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Só Estrela e Laguna.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, gostaria aqui de fazer até para o Relator e para esta Presidência um requerimento pedindo a quebra do sigilo bancário das empresas, dos portos que não deram informações para nós, ou a quem nós fomos pedir informação. Eu vou retirar esse requerimento em



presteza ao pessoal da Companhia que esteve aqui hoje, dando atenção para nós. Vou fazer um requerimento – gostaria que fosse aprovado – encaminhando e pedindo todas as informações sobre o Porto de Laguna e sobre o porto de Santos. Informações, não é intimação. Informações à Presidência da Companhia Docas do Estado de São Paulo, para que nós possamos receber essa informação. Então, eu estou retirando esse requerimento que está em Brasília, para entrar na votação de terça-feira, para que nós possamos receber essa informação depois da Companhia. Eu só fiz esse requerimento porque não pudemos receber. O senhor está me explicando aqui o problema da PORTOBRÁS, tudo, que foi feito contrato com a PORTOBRÁS, mas o senhor tem todo o conhecimento. E o que passaram para nós tentaram passar para nós que não existia documento da PORTOBRÁS mais, que nós fôssemos buscar no Arquivo Nacional. Então, eu não ia buscar no Arquivo Nacional. Eu fiz questão de pedir a quebra do sigilo para que ele pudesse apresentar toda a documentação. Então, eu gostaria aqui de registrar isso. Eu sei que esta Comissão não pode agora, hoje, decidir sobre isso, Sr. Presidente, mas eu gostaria de registrar e, terça-feira, tomar as providências. Registro para o Sr. Relator e também para o Sr. Presidente. Agradeço.

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Nós poderíamos, só complementando a V.Exa., que nós passamos, ou melhor, nós temos dos documentos originais pelo menos as peças referentes a contratos e aditamentos da PORTOBRÁS. Isso nós temos. As demais peças, eu não posso lhe dizer agora se nós temos todas ou parciais, mas eu posso lhe dizer que essa informação que o senhor tem ela tem fundamento, porque, pelo menos, uma parte da documentação não está conosco referente à obra do TECON.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Não, Dr. Francisco, só o contrato e o aditamento são suficientes para mim.

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Pois não. Isso nós temos.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Então, eu não ia buscar no Arquivo Nacional, igual o Secretário mandou buscar.

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Nós temos. Então, referente ao contrato e aos aditamentos, nós temos cópia desses instrumentos.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Eu vou fazer um requerimento pedindo toda informação concreta...

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - ... que aí, tecnicamente, tudo, depois, eu peço prazo para vocês responderem para mim.

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) - Só pedir um segundinho. Nós vamos suspender a sessão por um minuto para tomar uma decisão política. Não. Não, porque, aí, ficou com o Governador. Tem que ir. Norberto. Um segundinho só. Norberto, faça o favor.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Solicito ao Sr. José só mais um minutinho que vamos ouvi-lo. Peço desculpa antecipada porque, de fato, pela ordem de chegada ele deveria ter prestado o esclarecimento antes. Nós vamos voltar. A sessão está reaberta.



**O SR. SÉRGIO ANTUNES** – Sr. Presidente, no intuito de melhor colaborar com a Comissão, a CODESP trouxe a planta do Porto de Santos, onde pode ser visualizado...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Pode abrir, pode mostrar. Norberto, ele está mostrando lá o mapa para esclarecer...

**O SR. SÉRGIO ANTUNES** – Podem ser visualizadas as obras que, a nosso juízo... nós seríamos inquiridos sobre as obras. Então, nós trouxemos...

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** - A obra do Valongo-Paquetá, recuperação, o que já está pronto é esse trecho. Então, veja bem, o traçado do cais, é isso que estamos vendo aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Só gostaria que o senhor pegasse o microfone e explicasse falando ali, pode explicar com a caneta direitinho. Tira da daí de dentro para ele.

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** – Obrigado. Nós só queríamos deixar registrado aí. Nesta planta geral do Porto de Santos, aparecem as duas margens, para nós, margem direita, o lado Santos e a margem esquerda, o lado de Guarujá. Então, neste trecho aqui, nós temos...se acompanharmos esse tracejado cinza é o que existe hoje, e esse trecho aqui é aquilo que seria esta obra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – A parte verde é a obra nova?

**O SR. FRANCISCO VILARDO NETO** – Perfeitamente. Que mesmo não realizada, ela já está arrendada. Os senhores podem ver aqui que já consta um arrendatário nessa área. Eu não vejo o número ali. Trinta e oito. Tem de aparecer “Terminal de Contêineres da margem direita”. Então esta obra aqui, o que foi executado, já em termos de cais. V.Exa. havia perguntado, esse trecho aqui já foi



feito e uma parte desse. Quer dizer, o objeto dessa obra seria construção deste cais e toda esta área aterrada. Então o que foi feito? Foi este trecho de cais aqui que está pronto. Este trecho é um pedaço aqui, ok? Então, já executado e este trecho aqui permite, com algumas adaptações, com colocação de defensas, cabrestos para amarração, permite a sua futura operação. Próxima, futura, mas próxima. Enquanto que toda essa área aqui o objeto dela é o aproveitamento disso que já foi feito dentro desse contrato e, evidentemente, todo esse aterro de retroárea. No caso do Terminal de Contêineres, nós vamos agora à margem esquerda. Então temos aqui o Terminal de Contêineres 1, já arrendado desde 1997, e a ampliação dele, para nós Terminal de Contêineres 2. O cais já está todo concluído. São 310m de cais já prontos, concluídos, faltando apenas fazer o quê? Já com as defensas colocadas, faltando só fazer a dragagem – e isso é uma coisa que o porto vai fazer. Então falta essa área de retaguarda todinha. Já está com sobrecarga, portanto, tem aterro, tem que ser feita a movimentação do aterro, tirado o excesso de aterro, tem que ser colocado para dar carga, enfim, deixar esse terreno firme para que depois possa ser feita a pavimentação. Então essa é a obra do TECON, o cais já pronto; e aqui, na margem direita, a obra de recuperação do cais do Valongo-Paquetá. Nós estamos anexando também aí, Sr. Presidente, dois relatórios, se é que podemos chamar assim, em que tem todo um cronológico, desde a data de assinatura do contrato, data de cada um de seus aditivos, quem celebrou, o que estava com a PORTOBRÁS, a parte que já está com a CODESP. Os seus valores, só para nós termos consciência, foram obras assinadas em cruzados. Então, eles vão passar por toda essa mudança de unidade monetária, estão chegando hoje até o real. Tem um contrato específico que faz adaptação aos valores da moeda, isso em 94, em 95.



Então, os dois contratos, objetos da nossa explanação aqui, têm aí uma sinopse contratual com algum detalhamento também. Qualquer outro esclarecimento, fico à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Só porque ainda há três Deputados para fazer as perguntas. Ainda não está encerrado o debate. Primeiro, o Deputado Anivaldo Vale, que é o Relator, se deseja formular alguma pergunta.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Sr. Presidente, eu queria apenas fazer um registro, e agora, para complementar a minha preocupação, vem a vem a solicitação do Deputado Norberto Teixeira da apresentação da documentação relativa ao Porto de Laguna e aos moles. Não consegui alcançar, e sinceramente tive profunda dificuldade, quando V.Sa. foi indagado se tinha conhecimento das obras e foi respondido que não tem. Se as obras são administradas aqui pelo Porto de Santos, certamente alguém do setor teria esse conhecimento. E é sobre esse conhecimento que nós estamos querendo obter informações. Só esse o registro que eu queria deixar, não como pergunta, como registro. Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) - Deputado Clovis Volpi se considera contemplado. Nós agradecemos. O Deputado Regis Cavalcante está temporariamente fora da Mesa. Nós o consideramos contemplado, porque quem não está presente não pode perguntar. Então, eu gostaria de agradecer ao Sr. Francisco a presença, ao Sr. Sérgio a presença, e dizer que nós estamos agradecidos pela presença dos dois. Vamos entregar um relatório para que, além dos documentos que nós estamos recebendo, se porventura os senhores acharem que podem contribuir com mais alguma informação, a Comissão agradece em nome do Presidente, Deputado Damião Feliciano, em nome dos membros da Comissão,



agradecemos as presenças aqui. Muito obrigado. *(Pausa.)* Dando continuidade aos trabalhos desta Comissão, gostaria de convidar para tomar assento à Mesa o Sr. José Serapião Júnior, Superintendente do INSS em São Paulo. *(Pausa.)* Vou conceder a palavra, mas, antes, vou pedir um tempo para que a Mesa seja recomposta. Senão vai ser indelicado com V.Sa. Vou suspender por 5 minutos a sessão.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) - Dou a palavra pelo tempo de até 10 minutos para V.Sa.. Desejando mais tempo, a Mesa deliberará. José Serapião Júnior, Superintendente do INSS em São Paulo.

**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Obrigado, Sr. Presidente. Bom-dia, bom-dia aos Srs. Deputados. Bom, acho que me cumpre aqui, da mesma forma que tive algum pedido de desculpa antecipado, já vou fornecer um pedido de desculpa antecipado aqui a V.Exas., visto que é necessário que eu esclareça um fato relevante. O Instituto Nacional de Seguro Social, do qual sou Superintendente em São Paulo, tem uma estrutura totalmente diferenciada dos outros órgãos federais, uma estrutura aprovada acerca de dois anos em que há uma descentralização de gestão das atividades executivas de todo o Instituto em unidades que nós chamamos de gerências-executivas. Então, toda a gestão executiva desse Instituto hoje está dividida em 100 gerências em todo o País, das quais 24 se concentram no Estado de São Paulo. E, na qualidade de Superintendente, aliás, somos nove Superintendentes em todo o Brasil, todo o Território Federal, exercemos a função de representação política e social do Ministério e fazemos a coordenação das atividades dos seus gerentes-executivos em objetivos comuns a eles. Nós, então,



não somos gestores de contratos, não gerimos os imóveis da Previdência Social. Então, eu poderei dar informações genéricas e não terei condições de tecer comentários específicos. Caso algum dos senhores precise de uma informação mais específica, eu posso até me comprometer com essa Mesa de buscar essa informação ou junto a nossa Diretoria de Orçamento, Logística e Finanças, em Brasília, ou com o gerente- executivo correspondente à gestão daquele imóvel específico que vocês teriam alguma dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Certo. Eu concedo a palavra ao Deputado Anivaldo Vale, Relator desta Comissão, para saber se ele deseja... *(Pausa.)* O Deputado está ao telefone, vou conceder a palavra ao Norberto Teixeira para fazer seus questionamentos.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O nome do senhor é José Serapião?

**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – José Serapião Júnior.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Dr. José, o INSS em São Paulo, o senhor toma conta dos postos de atendimento e também dos imóveis do INSS. É isso?

**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Não, em São Paulo nós temos 24 gerentes-executivos, que fazem a gestão tanto dos postos de atendimento, quanto dos imóveis que estão sob a posse do INSS. Eu não tenho funções executivas, ou seja, eu não administro a casa.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor só toma conta da região do senhor?





**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Eu faço um intercâmbio. Vamos explicar assim: é mais fácil para Brasília me passar as políticas que deverão ser implementadas efetivamente para atender a nossa clientela e elevar a nossa arrecadação, e eu coordenar esses 24 gerentes-executivos para alcançar esse objetivo, do que ficar chamando esses 24 gerentes para conversar com eles. Então, sou um interlocutor entre a administração central e as administrações centralizadas. Eu disse que nós somos um órgão diferente, porque ela é descentralizada. O senhores gerentes-executivos respondem diretamente a uma diretoria colegiada em Brasília. Eles não respondem administrativamente à Superintendência em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sim, mas na hierarquia, o senhor está acima deles.

**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Hierarquicamente, somos tanto eu, quanto os gerentes subordinados à diretoria colegiada. Nós não temos vínculo hierárquico. Nós temos vínculo funcional. A função deles é gerir, e a minha função é articulá-los.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Cobrar, pegar informações...

**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Exatamente.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Porque o senhor é Superintendente, os outros são gerentes.

**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Isso.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Então, aqui os outros são terceiro escalão, quarto escalão. O senhor é acima deles. Superintendente é abaixo



do diretor, abaixo do Ministro, abaixo do Secretário. Tem o Ministro, tem Secretário, depois tem o Superintendente. O senhor é o terceiro escalão?

**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Eu e os gerentes-executivos. Há uma estrutura inovadora no serviço público federal. O Superintendente não exerce uma função de comando hierárquico, mas de mera articulação. Mas, seríamos terceiro escalão, sim.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Deixe-me fazer uma pergunta para o senhor.

**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Hum, hum.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Obras. O INSS tem diversos postos de atendimento no interior de São Paulo, e, em São Paulo, tem diversos postos de atendimento. Estão reformando alguns, melhorando aquela loja de atendimento e outros também estão mudando os locais . Há alguns fechados, porque está mudando o local, reformando e fazendo isso. O senhor tem muitas obras hoje nos postos de atendimento do INSS no Estado de São Paulo?

**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Temos. Até o final do ano passado, tínhamos 20% da nossa rede de atendimento em reforma. Boa parte dessa já concluíram as obras e outras obras foram iniciadas este ano, se não me engano em número de 31 obras no Estado de São Paulo. Nosso propósito, temos um Programa de Melhoria do Atendimento que vislumbra adequação das agências para melhor atender a nossa clientela, o treinamento e requalificação do nosso servidor para servir nessa clientela, e a dotação de recursos informatizados, tudo isso fechando um programa justamente concebido para que a Previdência desse um atendimento mais digno, mais próximo ao que o cidadão merece. A imagem que as pessoas têm



do INSS – ainda vinculam o nome antigo INPS – é de filas, de móveis antigos e atendimento mal estruturado. O Programa de Melhoria de Atendimento que contém, entre eles, essa adequação física das agências visa justamente renovar toda essa característica da prestação de serviço na Previdência Social.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Bom dessas obras todas o senhor tem alguma atualizada por ordem judicial? Alguma faltando recurso para terminar? Iniciou e não tem condições de terminar?

**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Olha, dessas obras do Programa de Melhoria de Atendimento, não. Nós temos alguns imóveis de obras antigas, anteriores ao Programa de Melhoria de Atendimento, que foram paralisadas ou por gestão do Tribunal de Contas da União, ou pela própria auditoria interna do INSS, questionando os contratos, os valores pagos. Algumas dessas obras foram liberadas, readaptadas para o Programa de Melhoria de Atendimento, já com o padrão estabelecido nesse programa ministerial e foram entregues. No caso, posso citar como exemplo Itu, no interior do Estado de São Paulo, que ficou paralisado por conta da auditoria interna do INSS. Depois foi saneado o processo, instaurados os inquéritos, e a obra deu continuidade, já adaptada ao Programa de Melhoria de Atendimento.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas as obras que não foram adaptadas ainda e que estão paralisadas pelo Tribunal ou por auditoria. Alguma obra está parada até hoje? Da gestão anterior?

**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Teria Santa Bárbara D'Oeste, se não me engano, porque é uma obra em construção que não seria reforma. Não tivemos autorização do Ministério para dar seqüência à construção de novas obras, apenas à



reforma e à melhoria de prédios já existentes. Tem algumas obras que estão paralisadas hoje, mas não por questão de gestão do Tribunal de Contas ou da auditoria, mas por problema meramente orçamentário.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor tem essa relação das obras? Por que são diversas cidades, são diversos postos, o senhor não vai decorar. Santa Bárbara, o senhor já citou uma, é uma obra nova, paralisada. Mas e as outras? O senhor tem...

**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Eu posso fazer um levantamento. Não há problema nenhum. Posso encaminhar para V.Exas.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, estou requerendo uma relação das obras. Gostaria que o Dr. José a tempo pudesse responder e encaminhar para Brasília a relação das obras que estão paralisadas. Estou pedindo isso ao Sr. Relator e ao Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) - A Presidência acolhe o pedido do Deputado Norberto Teixeira e solicita que o formule dentro das normas regimentais da Comissão. Mas estão acolhidas as reivindicações de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, para encerrar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Já está feito formalmente o pedido. Por gentileza, pode começar a providenciar, porque na semana que vem vai chegar o ofício formal da Comissão.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Superintendente, o antigo INAMPS, hoje INSS, esse patrimônio do IAPAS, e todo esse da Previdência e o INSS assumiu, esse patrimônio, o senhor tem o controle desse patrimônio hoje? Foi repassado? O senhor tem relação desse patrimônio?



**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Todo o patrimônio que era do antigo IAPAS, do antigo INAMPS e do antigo INPS, ele foi repassado para o INSS, pela lei que criou o INSS. Ficou sob gestão no INSS. Hoje ele é descentralizado, no caso de São Paulo, nas 24 gerências-executivas. Então, cada um dos 24 gerentes tem uma parcela desse patrimônio sob a sua gestão. Havendo apenas aqui uma ressalva que o patrimônio do ex-INAMP – que já estava sendo destinado ao atendimento à saúde, também pela lei de criação do SUS, embora seja de propriedade da Previdência Social – continua sob utilização do Sistema Único de Saúde.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas o senhor tem algum patrimônio? A relação é imensa e há aqui também patrimônio que o senhor recebe, que o INSS recebe por dívida. Antigamente, podia-se receber por dívida, no antigo INAMPS, no IAPAS.

**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Ainda pode.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – É.

**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Todo o nosso patrimônio, na realidade, ele entra para o patrimônio da União através de doação e pagamento em substituição exatamente às contribuições sociais que se destinam ao custeio da seguridade social. É por essa razão que esse patrimônio, quando da criação do INSS, continuou sob a gerência do INSS, não como patrimônio geral da União. Esse patrimônio é colocado anualmente à venda. O nosso propósito é desfazê-lo, convertê-lo em moeda para custear o sistema previdenciário.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Esse patrimônio o senhor tem a relação dele todo? O senhor tem controle de todas as 24 agências?



**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Eu não tenho mas posso providenciar isso.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, gostaria de requerer também que pudesse fornecer todo o patrimônio de todas as agências no Estado de São Paulo. Só mais uma pergunta. Existe uma fiscalização desse patrimônio? Se eles estão sendo invadidos? Se estão sendo usados? Continuam na mão de terceiros? Esse patrimônio que recebe por dívida.

**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Certo.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O INSS está colocando guarda para vigiar? Segurança para vigiar esse patrimônio, ou o que está sendo feito em relação a esse patrimônio?

**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Bom, esse patrimônio na realidade é um enorme ônus que o INSS tem. Parte desse patrimônio é destinado à instalação das nossas agências, onde atendemos à nossa clientela; parte desse patrimônio – já falei – está destinado ao Sistema Único de Saúde; parte desse patrimônio está cedido a outros órgãos públicos. Aqui, vale ressaltar, é uma lei de 1995, não me recordo do número, específica para esse patrimônio da Previdência Social. A partir dessa lei, não podemos mais ceder nenhum tipo de patrimônio nosso, nem espaço desse nosso patrimônio a qualquer título. Enquanto o patrimônio da União é muito fácil de se ceder, o do INSS tem uma lei específica proibindo. Então, na realidade, é um imóvel, que se não for destinado ao público – e não era cedido antigamente –, hoje, ele ficaria apenas com duas opções: ou nós alienamos, ou nós arrendamos esse imóvel. Muitos desses imóveis são muito antigos, não têm o valor comercial para arrendamento; e muitos desses imóveis, quando colocamos em alienação



pelos valores que são dados pela Caixa Econômica Federal, não são adquiridos pela iniciativa privada. Então, ficam ainda sob a guarda do INSS. Colocamos vigilância nos principais imóveis. No caso, há uma questão da relação custo/benefício. Existem imóveis cujo custo anual de uma vigilância 24 horas suplantaria o valor do próprio imóvel. Então, seria uma má gestão do gerente-executivo colocar recursos orçamentários para a vigilância de um imóvel, cujo valor não vai corresponder ao valor que estaríamos gastando com vigilância. O principal é – aí no caso que falei: a gestão do gerente-executivo. É a ele que compete verificar, dos imóveis que estão sob sua responsabilidade, quais os que têm o valor que deve ser colocados sob vigilância, quais aqueles de uma vigilância de 24 horas, ou uma vigilância com ronda, ou uma vigilância eletrônica. O valor do imóvel não compensaria. De um modo geral, poder-se-ia dizer: há uma vigilância, mas não total.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Estou satisfeito. Obrigado, Dr. Serapião. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Agradeço ao Sr. Deputado Norberto Teixeira. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Anivaldo Vale.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Dr. José, a minha intervenção é curta e queria saber do senhor: a Secretaria de Controle Interno do Ministério da Fazenda aponta o INSS como um dos órgãos do Governo que tem uma série de obras inacabadas no Brasil. Talvez pela sua fala, em resposta aos questionamentos feitos pelo Deputado Norberto, no Estado de São Paulo, sejam aquelas que o senhor disse antes do processo, umas obras antigas. Qual o valor dessas obras? Ainda está presente na visão administrativa dos senhores o papel socioeconômico dessas obras? Seria interessante a conclusão dessas obras? Essas obras oneradas, esses



vícios que foram apontados pelo Tribunal de Contas da União são impeditivos? Esta é primeira pergunta. A segunda pergunta: qual é política de desmobilização adotada pelo INSS em relação a esses ativos que são considerados, na visão do senhor, como bem disse aí, na nossa visão, ativos ociosos?

**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Perfeito. Bom, no caso, se compensa a retomada de obras, são questões pontuai. Teria que ver cada uma das obras. Posso citar aqui por exemplo a obra de Campinas, que foi retomada no início deste ano. Foi entregue à população acerca de 2 meses. Havia um valor considerado elevado gasto na obra antes do Programa de Melhoria de Atendimento. Por ocasião do Programa de Melhoria de Atendimento, constatamos que haveria necessidade de um aditivo de cerca de 300 mil reais, se não me engano. Não tenho os números exatos, porque não geri o contrato. Mas é uma proporção assim: se eu deixar de gastar esses 300 mil, eu perco 1,5 milhão que já foi gasto nessa obra. Então, a própria Secretaria de Controle autorizou o INSS a retomar essa obra, tanto que ela concluída e entregue à população. Então, Campinas era uma das obras que estava paralisada antes do Programa de Melhoria de Atendimento. E depois, com o Programa, ela foi retomada e requalificada para atender ao Programa de Melhoria de Atendimento. Aliás, ficou uma obra muito boa. É uma agência enorme no interior do Estado, embora Campinas mereça mais umas duas ou três agências pelo porte da cidade. Perdão, a outra questão que o senhor levantou era?

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Justamente isso. São dois pontos. O senhor se referiu apenas a um ponto, que é o caso de Campinas. Mas eu queria saber se o senhor tinha, por exemplo, uma visão global de todas essas obras que estão inacabadas. Aí o senhor se destacou muito bem dizendo que, no caso de





Campinas, estava presente o aspecto socioeconômico dessa obra e que decidiu concluir.

**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Exato.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – E outras que estão aí? Quais são? O senhor tem a relação dessas obras? Porque a própria Secretaria de Controle Interno do Ministério da Fazenda diz que o INSS tem uma série de imóveis em que as obras não foram concluídas. Foram iniciadas, e não foram concluídas. Talvez esteja aí uma das causas, o apontamento da irregularidade, seja na licitação ou alguma coisa pelo Tribunal de Contas. O senhor tem o controle dessas obras? A listagem dessas obras está aqui com o senhor? Vocês acompanham?

**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Não, não está. Aí que entra naquela parte que eu pedi desculpas logo no começo. Eu não exerço a função executiva. Não está entre as minhas atribuições.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Sim, sim, é função executiva de administrar a construção da obra. Agora, eu quero saber o seguinte, porque se o senhor é do INSS aqui deve saber que na cidade “x” tem uma obra. Ninguém vai fazer uma obra do INSS sem saber.

**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Eu arriscaria dizer aqui, forçando um pouquinho a memória, que nós teríamos obra em Santa Bárbara D’Oeste, em Tatuí. Não chegam a seis obras em todo o Estado de São Paulo que estão paralisadas.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Seria possível o senhor...

**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Eu posso providenciar, eu posso até ter essa informação até o final do dia hoje. Eu não tenho...



**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Ah, seria interessante. E outra coisa é o seguinte: se está na sua visão ou na visão da administração do INSS de São Paulo, se está presente ainda, se o aspecto socioeconômico é importante. Se há continuidade dessa obra, porque depois disso aí vem a segunda pergunta que eu lhe fiz. Qual é a política que é adotada pelo INSS em relação à desmobilização desses ativos que são considerados ociosos?

**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Perfeito. Não, o papel socioeconômico, com certeza, está presente na política do Ministério. O próprio Programa de Melhoria de Atendimento é um programa com foco no cliente, né? Então, é uma gestão que pensa muito no público. E a política de desmobilização do patrimônio do INSS é a política do patrimônio geral da União de forma genérica. Nós temos as obras que são colocadas acho que, a cada quatro meses, há uma... solta-se uma licitação global com esses imóveis. No caso não só da Previdência como de todo o patrimônio da União, é feita uma licitação única, uma publicação única em Diário Oficial da União, buscando exatamente reverter esse patrimônio em numerários para custear a seguridade social. Não preciso nem dizer que as melhores e mais fáceis de vender já foram vendidas. Nós temos muitos imóveis que não despertam o interesse do público. Temos alguns imóveis que até despertam o interesse do público e nós não conseguimos alienar justamente porque nós não temos uma estrutura capaz de regularizar a situação patrimonial, porque no caso de São Paulo, a cidade de São Paulo mudou muito. Às vezes, nós temos um imóvel que parte do terreno pertencia à Previdência Social; outra parte não pertencia, teria que ser regularizada. Nós não temos um contingente de engenheiros, de procuradores suficiente pra fazer a regularização patrimonial dessas propriedades. Então, nós não



conseguimos alienar. E, diante de todas essas dificuldades, inclusive o Ministério aqui, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, já solicitou que fosse feito um estudo de uma nova forma de podermos terceirizar a regularização dessas obras, dessas propriedades, perdão, e uma nova maneira de aliená-las que seja mais ágil, talvez com leilão, não sei.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Essa alienação que está em prática é só na modalidade de pagamento à vista ou tem pagamento também a prazo?

**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Não, tem pagamento a prazo também.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Sr. Presidente, muito obrigado. Agradeço ao Dr. José pelo atendimento do nosso pedido de prestar um esclarecimento nesta Comissão. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Consulto o Deputado Clovis se deseja fazer alguma pergunta. Agradeço. Deputado Regis Cavalcante. Agradeço ao Deputado Regis Cavalcante. Só uma pergunta que eu gostaria de fazer sobre os prédios do próprio INSS que foram construídos. Sei que o senhor já respondeu, mas alguns casos nós tivemos assim, por influência política, no tempo das vacas gordas, que se faziam muito os amarelões, então, nós tivemos algumas ações não muito responsáveis. Por exemplo, construíram um grande prédio numa cidade onde a população não era tão grande assim, e hoje ele está lá. Qual é a política que o órgão tem para liberar, para se livrar desses prédios? Porque ele mudou agora a sua estrutura, portanto, ele está fazendo um outro tipo de concentração dos gerentes. Como é que está especificamente para o que foi construído com os recursos do INSS, não esses que ele vem se apropriando em função do não-pagamento? Qual é a política específica que ele tem para se livrar desses?



**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – À medida em que a Previdência Social vai adequando as suas agências naquele Programa de Melhoria do Atendimento que eu disse, os serviços são racionalizados e os espaços estão sendo realmente diminutos. Então, nós teremos — se é que já não temos — grandes agências em que apenas uma pequena parcela desse espaço está sendo colocada para a efetiva utilização do INSS. Nós estamos criando uma série de espaços ociosos nesses prédios que são superdimensionados. E aí há um estudo sendo elaborado pelos gerentes-executivos — porque aí precisaria ser feito pontualmente — sobre a viabilidade até de estarmos locando, arrendando esses espaços que estão ficando ociosos ou até mesmo, se houver possibilidade de desmembramento de planta, de colocá-lo também em desmobilização. Nós não temos nenhum estudo concluído ainda quanto a esses imóveis. Primeiramente, não temos toda a nossa rede de atendimento adequada para nós sabermos quais são os imóveis em que está sobrando espaço, vamos dizer assim, e quais imóveis até em que está faltando espaço. Nós temos até a situação contrária: imóveis que são diminutos diante do progresso que teve a cidade da região. Até teríamos que ter um imóvel maior para estar nessas agências. Então, ao gerente-executivo, compete a ele promover esse estudo e encaminhar para a Coordenação-Geral de Logística, em Brasília, com as propostas para solucionar esses problemas de espaço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Está bom. Em meu nome e do Deputado Damião, do Deputado Anivaldo Vale, Relator, e em nome dos membros da Comissão gostaria de agradecer à V.Sa. a presença e, pelas informações, registrar que o Sr. José Serapião Júnior se colocou à disposição inclusive para complementar as informações aqui solicitadas e já deliberadas pelo Deputado



Norberto Teixeira. Aqui nós temos um documento que solicita algumas informações a mais. Se V.Sa. entender que pode contribuir preenchendo esses documentos, a Comissão fica extremamente grata. Muito obrigado pela atenção.

**O SR. JOSÉ SERAPIÃO JÚNIOR** – Perfeitamente.-

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Nós, antes de encerrarmos os trabalhos, recebemos comunicação do Sr. Sérgio Luiz Gonçalves Pereira, Diretor-Presidente da DERSA, Desenvolvimento Rodoviário S.A., comunicando a impossibilidade de estar presente; também do Sr. Tércio Ivan de Barros, Superintendente da INFRAERO, que se encarregou de mandar um responsável, mas o responsável não sabia que estava encarregado de vir aqui; e também do Sr. Jorge Wilhelm, Secretário de Planejamento Urbano da Prefeitura de São Paulo, que também justificou a ausência. Agradeço a todos a presença: aos Deputados, à equipe e aos presentes que prestaram depoimento. Está encerrada a sessão. Muito obrigado.